

Volume

1

ISSN 0104-6551

Série Documental  
RELATOS DE PESQUISA  
2ª Edição

1

Formação dos Formadores  
de Professores

2A

O Mercado de Trabalho para  
Professores de 1º e 2º Graus:  
a evolução na década de 80

2B

Educação e Transição  
Demográfica: população  
em idade escolar no Brasil

2C

Educação Ambiental:  
experiências e perspectivas

3

Escola, Cidadania  
e Profissionalização

4

Estudo do Aluno Universitário  
para a Construção de um Projeto  
Pedagógico

5

Implicações da Nova Ordem  
Econômica Internacional para  
os Trabalhadores Docentes  
Universitários no Brasil

# Implicações da Nova Ordem Econômica Internacional para os Trabalhadores Docentes Universitários no Brasil\*

Pedro Rabelo Coelho (Coordenador)

## INTRODUÇÃO

É fundamental compreender as transformações do modo de produção capitalista em curso neste final de século, quer no plano da conjuntura internacional, quer no âmbito da economia política nacional, para explicar a crise e os impasses da universidade brasileira atual e precisar os desafios que se colocam aos que lutam na perspectiva de integrar o trabalho intelectual acadêmico ao processo político de construção de uma sociedade democrática.

Este é o objetivo deste trabalho,\* constituído de três partes. A primeira aborda a chamada Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), destacando especialmente o aparecimento e a atuação da “elite orgânica internacional” e a “revolução científico-tecnológica” com suas conseqüências para a divisão internacional do trabalho e a organização dos trabalhadores. A segunda analisa como esta “nova ordem” foi assimilada pelas classes dirigentes nacionais, adaptando-se à herança autocrático-patrimonialista de sua formação histórica. Finalmente, a terceira parte discute a problemática dos docentes universitários enquanto trabalhadores e sua inserção nas lutas político-sindicais.

## FINAL DO SÉCULO 20: CONSOLIDAÇÃO DA NOEI

Uma das marcas mais evidentes da ordem econômica internacional gerada pelo modo de produção capitalista na segunda metade do século

20 (chamado “Pós-Guerra”) é a concentração das decisões políticas nas mãos de uma reduzida “elite do poder”, a qual dispõe de sofisticados controles técnico-econômicos, incluída a influência cada vez mais poderosa dos meios de informação, para legitimar-se junto às massas.

Mas isto não é tão recente. Wright Mills (1981), em *A elite do poder*, já na década de 50, estudou a transformação que ocorria na sociedade americana, com a implantação do “*New Deal*” de Roosevelt e sua política intervencionista (keynesianismo). Para Mills, tratava-se de uma tentativa desesperada das classes dominantes para salvar o capitalismo, para reduzir o “sombrio” exército de desempregados, buscando compor um equilíbrio dos grupos de pressão. As funções do Estado foram, então, ampliadas, numa verdadeira “economia de guerra”, em que as grandes empresas e o setor militar foram engajados no político. Desta forma, consolidou-se a “elite do poder”, onde os “homens da política” – os empresários e os militares – permutavam de papéis entre si. Mas a “chave estrutural” deste processo de concentração de poder era o setor econômico. Paralelamente a esta concentração do poder, observava-se a massificação da sociedade, a redução das associações e o enfraquecimento dos laços primários, com a crescente influência dos “meios de comunicação de massa”. Esta era, segundo Wright Mills, uma “tendência estrutural da sociedade moderna”.<sup>1</sup>

O modelo econômico keynesiano possibilitou salvar o capitalismo liberal, que por pouco não sucumbiu nas duas guerras mundiais.<sup>2</sup>

\* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa, n. 5, março de 1994, como artigo-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa n. 21/91, firmado entre o Inep e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), cuja conclusão deu-se em julho de 1992.

<sup>1</sup> Ver especialmente o cap. 111 em Mills (1981).

<sup>2</sup> Eric Hobsbawm afirma: “É impossível compreender a história inteira de nosso século a não ser que lembremos que o velho mundo do capitalismo global e da sociedade burguesa em sua versão liberei caiu em 1914, e que durante os 40 anos seguintes o capitalismo tropeçou de uma catástrofe para outra. Mesmo conservadores inteligentes não teriam apostado em sua sobrevivência” (*Folha de S. Paulo*, 12 nov. 1990, p. A-3).

Politicamente, estabeleceu-se uma aliança entre o capital e o trabalho organizado. Em vez de combater diretamente os sindicatos, a classe hegemônica buscou, fazendo concessões econômicas, integrar os sindicatos como colaboradores. O capitalismo monopolista do Pós-Guerra apresentou-se como defensor da democracia e dos direitos humanos aceitos como valores universais. A Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, foi um marco desta nova direção assumida pelo capitalismo. As resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são demonstrações de que os direitos sindicais foram assimilados.<sup>3</sup>

Na evolução do capitalismo monopolista, dois aspectos foram fundamentais: a constituição de uma elite intelectual orgânica internacional e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, especialmente no setor da informação, aplicada inclusive para fins militares. Na década de 70, quando o modelo de Estado Nacional, que havia se legitimado como promotor do bem-estar (*Welfare State*), entrou em crise, estabeleceram-se as bases do que passaria a ser chamada de “Uma Nova Ordem Econômica Internacional”. A crise se expressava pelo fracasso dos Estados Unidos na guerra do Vietnã e, também, pelo desgaste dos governos ditatoriais em nações do Terceiro Mundo, governos estes que tinham sido implantados com apoio norte-americano (caso do Brasil e, depois, do Chile, entre outros). Tornava-se insustentável manter a escalada da “guerra fria” como estratégia para derrotar a ameaça do comunismo internacional. Não bastava combater “de fora” o avanço comunista, num enfrentamento direto, pois a perspectiva de que surgissem vários “vietnães” era aterradora. O domínio internacional capitalista deveria ser alcançado doravante pela “via democrática”, pela defesa dos “direitos humanos”. Arma-se a política da *détente*, admite-se a presença de partidos “socialistas” europeus (social-democracia), elabora-se a ideologia dos “Direitos Humanos” – carro-chefe da nova política externa americana,

na Administração Carter – , buscando reverter a crise da derrota na Indochina. Estrutura-se, aos poucos, o novo projeto de dominação capitalista internacional (Assmann, 1990; Santa Ana, 1979; Dreifuss, 1987).

Em 1974, a ONU faz sua Declaração de “Uma Nova Ordem Econômica Internacional”, com o objetivo de estabelecer uma “ordem” que promova “o desenvolvimento econômico e social de todos os cidadãos do mundo, baseado na igualdade, interdependência, interesse comum e cooperação entre todos os países”.

Esta ordem, segundo a Declaração da ONU, deveria reduzir a enorme defasagem entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Neste mesmo ano, a Conferência da Unesco estabelece uma resolução enfatizando a importância dos fatores socioculturais como estratégia para alcançar a Noei.<sup>4</sup>

É dentro desta nova conjuntura internacional que se inserem as mudanças político-econômicas do Brasil (e da América Latina, em geral) no final da década de 70 e início dos anos 80 (Marini, 1987). A “abertura democrática” era a adaptação do Brasil à Noei. Tratava-se de consolidar a hegemonia do capitalismo oligopolista internacional pela via “democrática”. Então, as duras conquistas dos trabalhadores, dos movimentos sociais e sindicais foram assimiladas e enquadradas na nova ordem econômica, porém com as especificidades brasileiras, conforme irei tratar mais adiante.

No plano internacional, a década de 80 se caracteriza pela vitória do “neoliberalismo”, desintegrando-se a política do “*New Deal*” com a chamada “crise fiscal” do Estado, que se expressa nos fenômenos do déficit público e do crescimento da inflação. Nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão e outros países, governos conservadores são legitimados democraticamente com a promessa de recuperar a economia e conter a inflação. Ao mesmo tempo, as organizações sindicais são integradas à nova ordem

<sup>3</sup> Ver Confederação Mundial das Organizações dos Profissionais da Educação – CMOPE (1983). Esta publicação da CMOPE traz o texto da Convenção 87 e de outras importantes convenções da OIT sobre o direito de organização e negociação coletiva do trabalho (Convenções 98, 151, 154 e 111).

<sup>4</sup> Contrastando com as declarações da ONU e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e com a propaganda dos “Direitos Humanos”, o que sucedeu foi uma maior acumulação capitalista em nível internacional, agravando-se a distância entre os países mais ricos e os mais pobres. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na América Latina, na década de 80, foi negativo (-105); em contrapartida, a América Latina exportou capital no montante de 200 bilhões de dólares. No Brasil, o salário mínimo entre 1980 e 1990 sofreu uma perda real de 46% (*Folha de S. Paulo*, 18 de julho de 1991, p. 1-3).

“neoliberal”, atuando freqüentemente como verdadeiras organizações empresariais. O “capitalismo dos sindicatos” foi um mecanismo que possibilitou esvaziar a pressão dos movimentos operários (Bernardo, 1987).

Guardadas as proporções e respeitadas as diferenças, permanece a mesma lógica adotada no período pós-guerra. Há um fortalecimento do controle político em nível internacional, que é exercido pelo sistema econômico-financeiro, sendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma das suas mais significativas instituições. Aumenta o fluxo de capitais em favor dos monopólios e oligopólios, integrados em nível internacional. Nos Estados Unidos e Europa aumentam os gastos militares e os investimentos em alta tecnologia. Consolida-se a Noei como resultado, de um lado, da supremacia tecnológica sob controle da classe dominante internacional e, por outro lado, da capacidade demonstrada pela mesma classe de impedir que os movimentos contestatórios se organizassem a ponto de colocar o sistema em risco. Em outros termos, os focos de conflito foram contidos e mantidos nos limites da ordem econômica capitalista.

Mas os movimentos reivindicatórios que lutavam por direitos sociais sofreram um revés na década de 80. A ideologia conservadora da “Nova Direita”, com sua mensagem de “liberdade de escolha”, de “competição” e “competência”, de “lógica do mercado” e “antiestatismo”, de “descentralização” e “privatização”, mensagem esta trabalhada no campo psicossocial e cultural com o poder imensurável das modernas técnicas de comunicação (mídia), ganhou terreno nesta “guerra de posições” (Apple, 1988a, 1988b; Finkel, 1990; Carnoy, Levin, 1987, cap. 9, p. 281-302).

A “revolução técnico-científica” foi um elemento essencial para a consolidação da Noei. Não se trata apenas de inovações específicas, mas de uma transformação mais profunda que se inscreve na própria lógica do mundo de produção. O conhecimento científico é cada vez mais entendido e tratado como capital. Em decorrência, intensifica-se o controle dos grandes grupos econômico-financeiros sobre a produção de conhecimentos, particularmente sobre a universidade. “Controlar a produção de conhecimento técnico era importante para a produção sistemática de patentes e para a monopolização do mercado” (Apple, 1989, p. 65).

O controle sobre a produção da ciência se efetivou tanto pelo monopólio sobre patentes quanto pela reorganização da vida universitária, especialmente pela mudança nos currículos. Esta interferência contou com a intermediação do Estado. Isto se explica porque os investimentos em formação de “capital humano” e recursos tecnológicos são excessivamente caros e o retorno não é imediato. Então o Estado assume estes investimentos e depois repassa os resultados para o setor privado (Apple, 1989, p. 69).

Há uma clara ligação entre o deslocamento da atuação do Estado capitalista para o centro mesmo da economia e a intensificação do controle sobre a produção técnico-científica (Poulantzas, 1986, p. 204-215). Os agentes mais dinâmicos desta transformação são os conglomerados transnacionais, oligopólios que atuam em escala mundial, estabelecendo uma estrutura interligada via satélite e telex, com apoio em sistemas de processamento e bancos de dados, operando sem interrupção nas 24 horas do dia e em escala global. Os conglomerados compreendem bancos e instituições financeiras integrados a complexos industriais e a poderosas *trading companies*, possibilitando impor, em ritmo cada vez mais acelerado a acumulação e centralização de capitais. Baseados no imenso poder financeiro, de que dispõem, estes conglomerados investem pesadamente em pesquisa e desenvolvimento, e isto lhes assegura uma liderança e controle crescentes sobre o mercado em nível internacional (Rattner, 1988, p. 5-12; Reich, 1991).

Mas isto só foi possível porque se constituiu um “núcleo de vanguarda político-intelectual”, uma “elite orgânica internacional”, que se diferenciou do conjunto das classes dominantes nos diversos países, possibilitando sua articulação para a intervenção eficaz e eficiente no universo socioeconômico e cultural. Dreifuss utiliza a análise gramsciana para explicar como esta “elite orgânica internacional” possibilitou a constituição do empresariado nos diversos países como verdadeira classe (Dreifuss, 1987, p. 21-31). A elite orgânica atua como “cérebro” da classe, uma espécie de “Estado-Maior” que faz a mediação para a formação de blocos de poder ou “frentes móveis de ação”. Esta atuação mediadora no interior das classes dominantes é fundamental para

a articulação hegemônica e a superação de conflitos entre frações de classe, visando garantir a coesão interna. Trata-se de uma ação de natureza essencialmente político-ideológica, exercida pela elite orgânica enquanto “pensadora de uma classe” ou “parcela esclarecida da burguesia”.

Todas estas mudanças têm profundas conseqüências para a divisão do trabalho e para os movimentos sindicais, em nível internacional. Dir-se-ia que o lema marxista (“Operários..., uni-vos”) foi melhor captado pela classe dominante. Esta consolidou sua organização em nível internacional, conseguindo impedir que o movimento operário se estruturasse como classe revolucionária na perspectiva proposta por Marx e Engels. Em vez da “internacional comunista”, temos hoje o domínio de uma verdadeira “internacional capitalista” (Dreifuss, 1987). O empresariado, este sim, está efetivamente articulado como “classe para si” em nível internacional e assume o jogo político de forma ostensiva.

As mudanças ocorridas no “mundo do trabalho” são consideráveis. As técnicas de produção industrial estão se modificando radicalmente. Há uma crescente automação, reduzindo-se os “exércitos de trabalhadores”, anunciando-se o fim da “época fordista”, o declínio das fábricas gigantes e estandardizadas, com administração hierarquizada e centralizada. A “classe operária” já não cresce nos países do Primeiro Mundo. Alterou-se bastante a estrutura da divisão internacional do trabalho, acarretando uma descentralização, uma regionalização das organizações operárias, uma dispersão (Hobsbawn, 1989). Por outro lado, os sindicatos passaram a ter função essencial para a manutenção da ordem na empresa e na sociedade, mediante o jogo corporativista de concessões periódicas sobre salários e condições de trabalho.

Para os capitalistas tornou-se [o sindicato] um “mal necessário”... e, para os operários, tornou-se uma entidade de tipo corporativo que protege seus interesses profissionais e é útil na negociação de salários. Assim, os sindicatos, que foram uma conquista do movimento operário, tornam-se elementos que o sistema capitalista pode não apenas domar, mas repor (Chauí, 1982, p. 129).

Um aspecto importante desta mudança nas relações capital-trabalho é o grande crescimento do chamado “setor terciário”, constituindo um novo

tipo de assalariado, com uma “consciência de classe” muitas vezes ambígua, trazendo implicações enormes para o movimento sindical. Os empregados em serviços técnicos e burocráticos constituíam, na fase anterior do capitalismo, um setor “intermediário” entre a alta hierarquia (proprietários e dirigentes) e os níveis inferiores (operariado). Mas o avanço das técnicas de controle, na linha da informatização e automação, tornou a maioria das funções técnicas uma rotina de atividades pré-programadas. Em decorrência, “... dos empregados deixam de ser representantes, tornando-se produtores e executando um processo racionalizado de alto para baixo: o capital tem cada vez menos necessidade de pessoas de confiança porque não precisa mais delegar autoridade e, sim, objetivos e funções” (Gorz, 1989, p. 171).

A “proletarização” dos setores intermediários favoreceu a sindicalização como forma de reação à perda de privilégios, inclusive à degradação dos níveis de remuneração. Observa-se, contudo, um caráter ambíguo nos movimentos sindicais destes setores, pois embora tenham sido reduzidos à condição de “proletários”, trazem o peso de uma tradição cultural, com uma arraigada consciência de posição privilegiada, que tem enorme efeito anti-sindical. Sua luta reivindicatória é marcada quase sempre pelo caráter corporativo. Lutam contra a perda de privilégios, não contra o sistema que cria privilégios.

As transformações tecnológicas possibilitaram ao capital destruir, em grande parte, a força da luta operária e do movimento sindical em geral. A ampliação da massa de assalariados foi acompanhada da alienação, da perda de controle sobre o processo de trabalho, da fragmentação e dispersão dos trabalhadores. Parece estar desaparecendo a secular clivagem entre trabalho “manual” e trabalho “intelectual”, o que poderia significar o fim de uma concepção estreita de “classe operária” (Lojkine, 1990, p. 15-16). Porém, à medida que se amplia a “classe operária” e se desfaz a diferenciação (todos agora são “operários”), enfraquece-se a perspectiva de os trabalhadores se constituírem como uma classe autônoma, classe-sujeito capaz de conquistar o poder e estabelecer o “reino da liberdade”, segundo Marx (apud Gorz, 1987, p. 115-123).

Desta forma, o capitalismo oligopolista vem obtendo sucesso em destruir a autonomia dos trabalhadores. Cada vez mais alienada, fragmentada

pela crescente divisão do trabalho e pelo jogo corporativista, a “massa” dos assalariados já não ameaça a classe burguesa. Esta, sim, consolidou sua organização em âmbito mundial, acumulando e concentrando o capital, dispondo a seu favor do enorme poder da alta tecnologia.

O movimento sindical parece ter sido profundamente afetado enquanto força organizadora e unificadora dos trabalhadores para atenuar os efeitos da exploração do trabalho e acumulação do capital. Parece haver um ceticismo crescente, principalmente entre os trabalhadores jovens, com relação às organizações sindicais, enquanto as interpretações conservadoras e liberais (“mercado livre”) ganham terreno, estimulando o comportamento competitivo, a heterogeneidade e mesmo o antagonismo entre grupos de trabalhadores (Offe, 1989). As ameaças ao trabalho, como o risco de desemprego, são vivenciadas pela maioria numa perspectiva individualista. Cada vez mais as pessoas se interessam por sua vida pessoal, não tanto pelos problemas políticos e sociais. Em consequência, as classes dirigentes já não sofrem tanto as pressões populares.

Mais recentemente, a crise do Leste Europeu, com a derrubada do muro de Berlim e o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), possibilitou ao capitalismo internacional ampliar ainda mais seus espaços na exploração da classe trabalhadora. Em geral, os movimentos e organizações sindicais foram fortemente afetados com a substituição da utopia socialista pela lógica capitalista de mercado. A revolução científico-tecnológica, fator fundamental na implantação da nova ordem capitalista em escala global, veio ampliar o processo de alienação dos trabalhadores, dificultando a ação sindical na perspectiva classista.

Pelo visto, fica a impressão de que a classe trabalhadora deixou de existir, que se chegou ao “fim da história”, sendo a racionalidade capitalista, a lógica do mercado, a única possibilidade de construção da sociedade futura. Os meios de comunicação, sob o controle de poderosos oligopólios, difundem esta ideologia em todos os campos (do conhecimento, das artes, do lazer, etc.). Contudo, a realidade é bem mais complexa.

Observam-se atualmente sinais claros de que a “nova” ordem econômica caminha para um

impasse, agravando-se os “velhos” problemas do capitalismo. A balcanização do leste e centro europeus, com a explosão de conflitos étnicos e o recrudescimento da miséria para enormes contingentes populacionais, o ressurgimento de movimentos nazistas, a ampliação do desemprego e o aumento do número de pobres nos países mais desenvolvidos estão indicando o aprofundamento da crise do capitalismo oligopolista. Acirram-se as contradições no próprio núcleo do sistema, que não conseguiu consolidar um novo equilíbrio internacional estruturado em blocos. Por enquanto, para solucionar os constantes conflitos em diversos pontos do globo, os Estados Unidos vêm se firmando no papel de “gendarme internacional”. Porém, à medida que os conflitos sociais se agravam e se generalizam, evidencia-se a necessidade de buscar uma nova “racionalidade”.

O desafio que está posto hoje aos trabalhadores e suas organizações é encontrar alternativas capazes de barrar o enfraquecimento da ação coletiva, de conter o avanço da fragmentação e do jogo corporativista que favorecem a dominação do capital. Esta alternativa terá que ser política, no sentido de que a própria sociedade deve decidir as “regras do jogo”. Como afirmou Ohlweiler (1986, p. 135), “à medida que o capitalismo monopolista dá lugar a formas novas de envolvimento do Estado na esfera da produção, o próprio processo de valorização do capital será cada vez mais afetado por critérios e decisões de natureza política”.

Trata-se da “sobredeterminação” do político sobre o econômico, conforme analisou Poulantzas (1986, p. 48). Por sua vez, Marcuse já advertira para o risco de o capitalismo contemporâneo destruir ou anular as forças de oposição, criando uma sociedade sem alternativas. Para ele, a racionalidade tecnológica precisa cada vez mais ser dependente da direção política – “do esforço coletivo para conseguir uma existência pacífica, com as metas que os indivíduos livres possam escolher para si” (Marcuse, 1982, p. 217). E Gorz (1987, p. 138) assim declarou: “A existência de um movimento de lutas sociais é a alavanca que põe a sociedade em posição de agir sobre ela mesma e de fundar liberdades, um Direito e um Estado novos.”

Esta perspectiva de luta política, onde se busque a transformação da sociedade atual pela

ação no interior do próprio estado capitalista, denunciando suas contradições, ampliando o espaço democrático, coloca para as organizações dos trabalhadores uma nova dimensão, um outro horizonte, capaz de ultrapassar as sérias limitações trazidas pela Noei.<sup>5</sup> No entanto, no Brasil, os que lutam pela superação das dificuldades decorrentes da Noei deparam-se também com obstáculos que são colocados pelo modelo econômico-político ainda vigente, autoritário e paternalista, socialmente excludente, que tem impedido a implantação de uma ordem social verdadeiramente democrática. É o que analiso a seguir.

## **A ADAPTAÇÃO DO BRASIL À NOEI OU A PARÓDIA DO “NEOLIBERALISMO”**

Observa-se no contexto nacional das últimas duas décadas que o impacto da Noei é cada vez mais assimilado pelas classes e frações dominantes, com efeitos perversos para a maioria da população. Uma possível explicação para isto é que, no Brasil, não se formou uma sociedade civil “civilizada”, em que os indivíduos, no seu conjunto, se constituíssem como “sujeitos de direito”, portanto “cidadãos”, capazes de influir e interferir no jogo político. Diversos autores têm defendido a tese de que a revolução burguesa não ocorreu no Brasil. Destaco, a seguir, algumas posições que considero relevantes para o objeto do presente estudo.

Faoro, em *Os donos do poder*, mostrou que, no Brasil, o capitalismo não evoluiu em direção ao capitalismo industrial moderno de maneira que combinasse um “Estado burguês de direito” com o progresso técnico-econômico. Na realidade histórica brasileira, sobreviveu a estrutura própria do “Estado patrimonial”, estrutura que é um resíduo anacrônico do período pré-capitalista. Esta estrutura arcaica se adapta ao capitalismo, adotando desde a técnica, as máquinas, as empresas, porém mantendo o poder estamental, confundindo o setor público com o privado. “O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal que adota o mercantilismo como técnica de operação da economia” (Faoro, 1989, p. 736).

O estamento político continua sendo coisa privada, não se transforma em governo submetido à soberania popular: A “coisa pública” (*res publica*) continua sendo propriedade de poucos, e a participação popular é desviada para o providencialismo, onde se busca a “adesão das massas” que procuram e são atendidas pelo governante “pai do povo”. A soberania popular, na verdade, não existe, já que o sistema político é, fundamentalmente, uma autocracia de caráter autoritário. O aparelhamento estatal, comandado de cima, se burocratiza, incorporando a contribuição dos intelectuais (cooptação)<sup>6</sup> e mobilizando a massa despolitizada.

Fernandes (1987), em *A revolução burguesa no Brasil*, analisa como o “liberalismo”, na versão deformada pelos círculos conservadores, se sobrepôs ao que, numa revolução burguesa autêntica, seria uma “ordem social competitiva”. Os próprios imigrantes adaptaram-se à ordem “pré-capitalista” anterior, convertendo-se ao “liberalismo” das elites tradicionais. A “ordem social competitiva” era incompatível com os fundamentos patrimonialistas e critérios estamentais de estratificação social, e, por isso, os estamentos senhoriais e suas elites impuseram uma “filtragem desconfiada” da modernização econômica, daí resultando uma economia “nacional” híbrida, ao mesmo tempo arcaica e moderna. Arquivou-se o ideal de uma revolução democrática burguesa, desenvolvendo-se a idéia e a prática de uma “revolução de cima para baixo”. Este “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” aprofundou-se com o capitalismo monopolista nas décadas de 60 e 70. A “ordem social competitiva” só se abre para os ricos e poderosos, fechando-se para as massas, que são marginalizadas, excluídas.

Em outro trabalho, Fernandes (1981) mostra como os interesses particularistas dos estratos dominantes, mantidos como interesses supremos da “Nação”, se articularam com a expansão das grandes corporações internacionais. Implantou-se a “interdependência internacional, funda-se o “imperialismo total”, cujo traço específico

consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os

<sup>5</sup> Segundo Carnoy: “Poulantzas na França, Offe na Alemanha Ingraio e Bobbio na Itália, O’Connor, Castells, Wolfe e outros nos Estados Unidos, todos argumentam a favor de uma forma ou outra de transformação através da democracia capitalista, para expandir o poder da massa sobre recursos já controlados pelo Estado e para expandir o próprio poder político da massa, através das contradições implícitas no processo democrático”.

<sup>6</sup> Sobre a cooptação dos intelectuais pelo Estado no Brasil, ver Micelli (1979).

níveis da ordem social, desde o controle de natalidade, a comunicação de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (Fernandes, 1981, p. 18).

Nesta transformação, a estrutura econômico-social pré-capitalista serviu de patamar para a implantação do setor moderno, estabelecendo-se uma articulação estrutural em que a ordem antiga coexiste dentro da nova. Por isto, Fernandes conclui que a racionalidade do “capitalismo dependente” é diferente da realidade burguesa moderna que se implantou na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil não se desenvolveu uma “ordem social competitiva” de base democrática.

Debatendo com Florestan Fernandes, Graciarena (1977, p. 255-267) adverte que a lógica do “capitalismo dependente” se insere na lógica geral do capitalismo mundial, pois existe uma complementaridade entre o capitalismo “dependente” e o capitalismo dos países ricos. Nesta direção situa-se a tese defendida por Dowbor (1982), *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Este estudo demonstrou que a industrialização do Brasil não conduziu à ruptura das estruturas coloniais. As relações de produção pré-capitalistas coexistiram com as relações capitalistas e, apesar da modernização da economia, perpetuou-se a dependência, a submissão aos centros mais dinâmicos do capitalismo internacional. No entanto, Dowbor (1982, p. 189) adverte:

a relação de dependência não é uma simples relação de forças que permite a uma economia explorar outra, mas um tecido complexo de relações mundiais de produção que englobam tanto o capitalismo dominante como a própria classe dirigente local e a totalidade do proletariado industrial e rural, submetidos a contradições simultaneamente internas e externas.

“Desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” constituem duas faces do mesmo sistema capitalista internacional.

É por isto que certas teorias, como as da “transição”, a “pluralista” (etapista) e a “dualista”, são inconsistentes. O subdesenvolvimento não é uma fase de transição, uma etapa de um processo, ou um pólo “atrasado que se opõe a um

pólo “moderno”. Há, na realidade, um todo estrutural, orgânico, uma simbiose, uma “unidade de contrários”. As classes dirigentes locais, no contato com o capitalismo europeu, reforçaram e cristalizaram as relações de dominação vigentes no período colonial, enquanto passaram a atuar como intermediários no intercâmbio com o centro mais dinâmico da economia capitalista. Oliveira, em *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, censura uma certa intelectualidade latino-americana que ajudou a construir o “estranho mundo da dualidade” e a desembocar na “ideologia do círculo vicioso da pobreza”. A teoria dualista “reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a propostas reformistas” (Oliveira, 1988, p. 10-11). Tais propostas, como as do período populista, fracassaram, porque o subdesenvolvimento não é simplesmente uma formação histórica de um país em relação a outros países. “Antes de ser oposição entre nações, o desenvolvimento é um problema que diz respeito a classes sociais internas” (idem, 1988, p. 12). No Brasil, ao contrário do que aconteceu na revolução burguesa clássica, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas industriais não significou uma ruptura do sistema.

Esta caracterização do capitalismo dependente como uma situação não transitória mas estrutural, que foi se cristalizando e se agravando com o desenvolvimento do capitalismo mundial, tem enormes implicações para as organizações dos trabalhadores. O sindicalismo brasileiro não se desenvolveu do mesmo modo que o dos países desenvolvidos. No Brasil, “os donos do poder” assimilaram e se adaptaram às transformações do capitalismo, conservando as estruturas de dominação pré-capitalistas e impedindo que os dominados desenvolvessem uma “consciência de classe” e objetivassem novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho. O sindicalismo que aqui se desenvolve não é o sindicalismo de uma classe operária forte e organizada de forma autônoma, capaz de se contrapor à classe burguesa e conquistar uma ordem social mais justa.

O modelo sindical brasileiro foi estabelecido “de cima para baixo”, numa ordem social autoritária e oligárquica, como resultado concreto

de um processo de acomodação interna, ante as transformações do modo de produção capitalista em nível internacional. Este processo se desenvolveu como negação da luta de classes, como resultado de uma frustrada ou abortada revolução burguesa, conforme analisou Vianna (1989) em sua tese. Este autor destaca a debilidade constitutiva do liberalismo brasileiro, em que as classes dominantes, no período pós-30, pela reordenação institucional-legal, ao criar organizações corporativas voltadas para o estabelecimento da harmonia entre as classes, possibilitaram um vigoroso processo de acumulação industrial. O caráter corporativista do modelo sindical brasileiro, atrelado ao Estado, com o aval das classes dominantes, serviu para dissimular a natureza excludente do sistema econômico-político.

Os estudos acima referidos permitem concluir que o caráter autoritário e excludente do capitalismo dependente do Brasil é um processo consolidado ao longo do tempo (desde o período colonial) e que vem se adaptando (se “modernizando”) com sucesso, no sentido de impedir que a maior parte da população trabalhadora se organize coletivamente e exerça os direitos de cidadania. Segundo afirma Chauí, “o Brasil é uma sociedade autoritária” que, no limiar do século 21, não consegue sequer concretizar “os princípios (velhos, de três séculos) do liberalismo e do republicanismo”. O Estado brasileiro se apresenta como fundador do próprio social, como tutor, onde “os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga pelo Estado” (Chauí, 1986, p. 48 e 54).

Nesta “sociedade autoritária”, é importante destacar, tendo em vista o objetivo deste trabalho, o papel dos intelectuais, em geral oriundos das classes médias. Conforme analisou Saes (1984), na sociedade brasileira a clivagem entre o “trabalho manual” e o “trabalho não-manual (fenômeno próprio de toda sociedade capitalista) foi aqui reforçada pela degradação das atividades manuais. Desenvolveu-se a tendência de os grupos médios se afastarem dos trabalhos manuais, à medida que a sociedade foi se polarizando entre “elite” e “povo”. Pressionados entre os dois

extremos, os intelectuais e grupos médios foram freqüentemente atraídos (cooptados) e envolvidos com a burocracia do poder ou com as funções “técnicas” do setor empresarial. Com o avanço do processo de acumulação capitalista e a degradação das condições de trabalho e remuneração, surgiram alianças entre os trabalhadores “manuais” e os setores médios. Mas isto não significava uma unidade de classe, já que “as orientações políticas dos grupos médios sempre foram definidas no interior dos limites fixados por um elemento comum a todas as formas de “consciência média”: a recusa ao nivelamento social entre “manuais” e “não-manuais” (Saes, 1984, p. 15).

O impacto das mudanças da conjuntura internacional sobre a realidade brasileira vem provocando grandes transformações nas relações sociais, na organização do trabalho, na ordem jurídica e política, porém a “dependência estrutural” não foi rompida, antes se fortaleceu. Pode-se afirmar que à nova fase do capitalismo monopolista corresponde uma nova fase do capitalismo dependente. Sinais deste processo de adaptação aparecem claramente no final dos anos 70, com a chamada “abertura” do regime autoritário.

O regime militar dos anos 60 e 70 veio consolidar o “desenvolvimento dependente” do Brasil, apoiando-se na “tríplice aliança” do capital internacional com o capital privado nacional e o capital estatal, afastando de vez a ilusão de um desenvolvimento capitalista “autônomo” conduzido pela burguesia nacional, nos moldes de uma democracia populista (Evans, Alves, Ianni, 1988). O Brasil foi definitivamente “associado” como parceiro dependente do capital internacional. Nesse período, o Estado brasileiro assumiu ao extremo o papel de aparelho repressor, “para salvar a democracia”. A “Doutrina de Segurança Nacional” foi o suporte ideológico da intervenção armada em 1964, e nos dez anos seguintes foram lançadas as bases institucionais do novo Estado (Constituição de 1967/1969, Ato Institucional nº 5, de 1968). Junto com a repressão, houve uma forte concentração da renda e redução do poder de compra dos salários.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Alves apresenta diversas tabelas sobre a concentração de renda e redução do poder de compra dos salários, neste período. Ver Jaguaribe et al., 1989.

O período de 1969-1974 (Governo Médici) se caracterizou por uma propaganda intensa do governo, que buscou se legitimar pelo “milagre econômico”. Este novo momento histórico, marcado pela repressão e pelo desenvolvimento econômico, deixou os setores de oposição desorientados. O movimento operário brasileiro viveu os primeiros anos da década de 70 como um período dos mais difíceis de sua história (Frederico, 1990, v. 2). Mas a partir de 1973 o “milagre” entrou em crise e acelerou-se o ritmo inflacionário. Então, o governo atribuiu a culpa por esta situação à elevação dos preços internacionais do petróleo e buscou conter a disparada da inflação pelo arrocho salarial, que foi agravado pelo artifício da manipulação dos índices inflacionários. Abafado pela repressão, o descontentamento popular encontrou uma válvula de escape votando na oposição (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) nas eleições de 1974 (eleições parlamentares, em que o partido do governo – Arena – saiu derrotado). Houve, nesta altura, uma reativação do movimento popular, do movimento sindical, de setores de oposição, de organizações de intelectuais e de segmentos da classe média.

Com a vitória do MDB e a erosão do “milagre econômico”, o regime militar perdeu sua pretensa legitimidade. Inicia-se, então, uma fase nova do regime, que abrange vários estágios. Primeiro houve a “distensão” no Governo Geisel (1974-1979), depois a “abertura” no Governo Figueiredo (1979-1984) e, finalmente, a “Nova República” e a “redemocratização” do País.

Toda esta “transição” era o resultado de uma relação dialética entre as forças sociais de oposição ao regime autoritário e às respostas e iniciativas tomadas pelas elites dominantes absorvendo e controlando a crise. Houve, como analisou Alves, uma “liberalização controlada da abertura”, combinando ciclos de repressão e de liberalização, sem que se rompesse o autoritarismo herdado do passado. Houve uma negociação entre as elites, evitando-se que os setores populares organizados enveredassem no rumo de uma transformação estrutural da ordem política.

Ante a movimentação dos setores mais politizados do operariado, como os metalúrgicos das grandes fábricas do ABC paulista (Singer, Brant, 1983; Kowarick, 1988; Moisés, 1982), e o crescimento da oposição, enquanto o governo autoritário perdia sua pretensa “legitimidade”, não restava alternativa à “abertura” senão apelar novamente ao aparelho repressor, à violência das armas. No entanto, o endurecimento que era preconizado por setores mais “duros” do regime foi substituído por uma nova estratégia que tinha suporte na conjuntura internacional. Estava, nesta altura, sendo implantada a ideologia da Noei, a política dos “direitos humanos”, propagada pelo governo dos Estados Unidos.

No Brasil dos anos 80 persiste a regra de combinar o arcaico com o moderno. Permanece o patrimonialismo, onde os estamentos superiores “providenciam” a “abertura” do regime, esvaziando a oposição. Muitos políticos profissionais, que se comportam como os velhos “coronéis”, mas tendo assimilado modernas técnicas de manipulação das massas, mudam de partido político, migrando para a “oposição” (Lamounier, Meneghello, 1985; Rodrigues, 1987; Bursztyn, 1990). Enquanto isto, os setores que se opunham ao regime militar, setores estes que eram heterogêneos, se dividem e se desarticulam. A “redemocratização” aparece como dádiva, como iniciativa dos setores dominantes, que se organizam “democraticamente”. O discurso da oposição é apropriado pelos que detêm o poder.<sup>8</sup> Há uma recomposição conservadora das relações entre o Estado e a sociedade civil, amortecendo o impacto da forças que lutavam pela mudança da ordem econômico-social vigente.

O Governo Sarney (1985-1990) representou o ponto culminante dessa transição conservadora”. Foi o resultado e a efetivação de um pacto das elites, que conseguiram desviar a pressão social da campanha das “Diretas já” de 1984, com a promessa de uma “Nova República”. José Sarney, político tradicional, presidente nacional do partido do governo (PDS), torna-se, pouco depois, o presidente “estadista” da transição, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro

<sup>8</sup> Um exemplo desta apropriação do discurso oposicionista é a própria substituição de nome do partido do governo: deixou de ser Aliança Renovadora Nacional (Arena) e passou a ser Partido Democrático Social (PDS). Na Educação este é um dos problemas mais difíceis de se lidar. Expressões consagradas pelos movimentos populares de oposições ao regime militar, como “educação libertadora” divulgada a partir da obra de Paulo Freire, passaram a ser também utilizadas pelos técnicos e ideólogos do Governo.

(PMDB), que era o principal partido de oposição. Sarney foi “eleito” (eleição através de um “Colégio Eleitoral”) como vice de Tancredo Neves, que morreu antes da posse, mas já estando definidas as regras do novo jogo. A escolha de Tancredo Neves para a Presidência da República constituiu um elemento decisivo desse jogo político das elites brasileiras. O Presidente Tancredo, oriundo das fileiras do antigo Partido Social Democrático (PSD), tendo passado recentemente pelo MDB e pelo Partido Popular (PP, do qual foi presidente), antes de ingressar no PMDB, tem como vice José Sarney, ex-integrante e dirigente da Aliança Renovadora Nacional – Arena e do Partido Democrático Social – PDS (partidos de sustentação do regime militar), que passou pelo recém-criado Partido da Frente Liberal – PFL (dissidência do PDS). A razão essencial deste arranjo, que foi denominado de “Aliança Democrática” (PMDB + PFL), era o embaralhamento das “cartas”, confundindo e desnorteando os movimentos populares. Parte deste jogo foi o recuo tático dos militares, aparentemente retirando-se da cena política.

O início do Governo Sarney (1985) foi marcado por hesitações, quer pela composição política heterogênea que dera apoio à “Aliança Democrática”, quer pelo vazio e frustração popular pela morte de Tancredo Neves. Mas em 1986, o governo consegue superar a crise interna e consagrar-se ante a população. O Plano Cruzado (Decreto-Lei nº 2.283, de 28 de fevereiro de 1986), que conteve por alguns meses a inflação mediante um “choque heterodoxo” (congelamento de preços e salários), constituiu-se uma verdadeira “jogada de mestre” das elites dirigentes, conseguindo uma elevada credibilidade popular que garantiu aos políticos conservadores, nas eleições para governadores dos estados e para o Congresso Nacional, legitimarem-se no poder. A “Aliança Democrática” ganhou as eleições para governadores em todos os estados e assegurou ampla maioria no Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado. Este Congresso, assim eleito, tinha a tarefa de elaborar uma nova Constituição para o País, tarefa esta que o mesmo Congresso Nacional, na legislatura anterior, decidira

assumir, tendo recusado a tese da Constituinte exclusiva e soberana, submetendo-se a uma “clara e escandalosa interferência militar” (Fernandes, 1986, p. 33; Chasin, 1986). Consumou-se, desta forma, um verdadeiro golpe às aspirações populares. O jogo “bonapartista” funcionou: a maioria excluída, massificada, legitimou nas urnas o Governo Sarney e depositou nas mãos de uma maioria conservadora de parlamentares o direito de traçar a lei maior do País.<sup>9</sup>

Passadas as eleições de 1986, a realidade veio à tona, a população começou a dar-se conta do logro. Os setores organizados da sociedade civil, destacando-se as entidades sindicais, conseguiram mobilizar-se e pressionar o Congresso Nacional para garantir um mínimo de avanço democrático na definição da ordem econômica e social. Estabeleceu-se um confronto entre uma minoria parlamentar comprometida com as lutas dos movimentos populares e sindicais e uma maioria, que depois se auto-intitularia “Centrão”, defensora dos interesses dos grandes proprietários.

Sob o aspecto econômico, este período (1985-1990) reflete as conseqüências da reconcentração do capital multinacional nas economias desenvolvidas, com o retorno dos investimentos que, na década anterior, buscaram mão-de-obra e matérias-primas baratas nos países periféricos. O capital mundial, agora, despreza o Terceiro Mundo. Sem a entrada de capitais, a crise se agrava, a economia brasileira para de crescer. Mesmo assim, a concentração de renda se amplia. Durante o Governo Sarney foram enviados aos banqueiros internacionais mais de 56 bilhões de dólares como pagamento de juros e amortizações da dívida externa. Quanto à concentração de renda, em 1985 o 1% mais rico da população detinha 14,4% da renda, sendo que em 1960 esta participação era de 11,9%. Enquanto isto, os 50% mais pobres detinham em 1985 apenas 13% da renda, quando em 1960 detinham 17,4% (Souza, 1991, p. 18-19).

Em nítida contradição com seu discurso de priorização do social, o Governo Sarney

<sup>9</sup> Segundo o levantamento feito por Fleischer (1988), que elaborou a “árvore genealógica” dos constituintes de 1987 com relação às suas trajetórias político-partidárias, a maior bancada da Assembléia Constituinte era de ex-integrantes da Arena: 217 constituintes haviam passado por esta legenda.

aprofundou a falência dos sistemas públicos de ensino, saúde e habitação. A ideologia da privatização do setor público, trazida pelo neoliberalismo, deixou a população ainda mais desprovida de seus direitos sociais. Desgastado ante o fracasso econômico de seu governo, Sarney levou ao extremo a política do fisiologismo clientelista, articulando com a cúpula militar e os grandes grupos econômicos a sustentação de seu mandato, negociado com a Constituinte para que fosse de cinco anos. O agravamento da crise econômica e a perda de legitimidade fizeram com que Sarney se transformasse no principal cabo eleitoral de seu sucessor, Fernando Collor de Mello, num novo jogo de estratégia política armado pelos setores dominantes.

É necessário acentuar que este quadro desolador do final dos anos 80 está relacionado com a nova fase da economia capitalista internacional, que combina a “redemocratização” com concentração de renda, alta tecnologia e reordenação do mercado, estabelecendo para o Brasil e América Latina em geral uma economia exportadora de novo tipo, em que, ao lado da exploração intensiva dos recursos naturais, o setor industrial é redimensionado para competir no mercado externo. É a chamada “reconversão”, que implica, em todos os países, “a destruição de parte de seu capital social, sobretudo na indústria, porque somente ramos com vantagens comparativas reais ou que absorvam alta tecnologia e grandes massas de investimentos aparecem como viáveis nessa nova divisão do trabalho” (Marini, 1987, p. 61).

A maioria da população chegou ao final da década de 80 sem maiores conquistas (econômicas, políticas, sociais enfim). As camadas superiores, porém, se renovaram e consolidaram um modo novo de manter-se como “casta” numa “república de ficção”. Esta expressão é de Dreifuss (1989), que fez uma admirável síntese do processo em que emergiu uma “direita remoçada”. O empresariado, através de associações corporativas e políticas permanentes, se organiza como classe nacional, não mais como oligarquias regionais. Eles (os empresários) se constituem como uma “sociedade política empresarial” em todo o

País, englobando o empresariado industrial e as classes comerciais e agrárias, enquanto impedem que as forças sociais subalternas se organizem como classe.

As tentativas de romper a dominação são consideradas pelas elites dominantes como uma ameaça à “segurança nacional” e estigmatizadas como “atividade antipatriótica”, “subversiva”, que é interpretada pela ideologia dominante como atividade ilegítima, quando não reprimida. A classe dominante (Sociedade Política Dominante) se estrutura neste período em três sociedades articuladas: a Sociedade Política Armada, a Sociedade Política Estatal (Governo) e a Sociedade Política Empresarial. Apesar da consolidação capitalista, as relações dos dominantes para as camadas subalternas continuam tendo feições paternalistas, patrimonialistas. A população é atendida como clientela, não como sociedade civil organizada politicamente, como seria próprio de um país capitalista moderno. Dreifuss apresenta nesta mesma obra os trâmites percorridos pela “sociedade política dominante” durante a Constituinte e depois na preparação da eleição presidencial de 1989, da qual sairia vencedor Fernando Collor de Mello.<sup>10</sup>

Esta eleição ensejou um grande amadurecimento político da população, que pôde acompanhar pela televisão e nos grandes comícios diversas propostas para solução dos problemas nacionais. Mas, apesar do avanço, a população não conseguiu vencer o jogo, ou melhor, caiu mais uma vez no jogo das elites dominantes. A vitória de Collor de Mello tem muitas explicações, que não cabem ser analisadas neste trabalho. Certamente foi elemento fundamental para sua vitória a utilização “competente” dos meios de comunicação, da “mídia”, para confundir unia parcela significativa do eleitorado pouco politizado. O próprio vazio político criado pelo Governo Sarney, estando o povo decepcionado com os políticos, foi habilmente explorado pelos poderosos e influentes veículos de comunicação de massa. Collor se apresentou como o maior inimigo de Sarney, como o antipolítico, o anticorrupto (“caçador de marajás”), o defensor dos “descamisados” (Oliveira, 1990; Giannotti, 1990). Qual

<sup>10</sup> A obra de Dreifuss foi publicada antes da eleição.

“Bonaparte”, Collor serviu para que a burguesia conquistasse o “trono”, ou melhor, se mantivesse nele.<sup>11</sup>

A vitória de Collor significava um alto risco para a democratização da sociedade brasileira, pelo seu caráter “inorgânico” e “voluntarista” sem vínculo com as organizações políticas (partidos, sindicatos, associações), trabalhando na “tela do imaginário de uma população despolitizada” onde tudo se resolve pelo poder do super-herói (Souza, 1991, p. 44-48). Pela terceira vez na década – as outras duas foram a campanha das “diretas” e o movimento da Constituinte –, as esperanças de uma ruptura com o passado autoritário e arcaico eram postergadas.

O Governo Collor de Mello representou a consumação de um modelo capitalista dependente que vem sendo implantado ao longo dos diversos períodos da formação econômico-social brasileira. O “neoliberalismo” e a “modernização” apregoados trazem o caráter autocrático e populista do passado. Fernandes, em *A transição prolongada*, assim descreve:

Ele nada contém de democrático e, como ideologia, consagra a perversidade. O arcabouço populista de comunicação de massa e seus nexos bonapartistas com o eleitorado clientelista ativam uma forma primária de autocracia burguesa, que infunde continuidade às técnicas políticas repressivas da ditadura militar (Fernandes, 1990, p.10).

Há um aspecto deste jogo autoritário que é fundamental para a análise das dificuldades que se apresentam à perspectiva de luta dos trabalhadores. Trata-se da inflação, que se constitui como um recurso estratégico privilegiado, empregado pelo sistema para transferir a renda dos assalariados e pequenos empresários em benefício dos grandes oligopólios que dominam o mercado. Como explica Singer,<sup>12</sup> a inflação tornou-se um modo de vida do capitalismo no Brasil (e em outros países), e serve para ocultar o conflito distributivo. Aparentemente, pelo menos segundo o discurso dominante, “todos perdem com a inflação” e, por isso, todos se mobilizam contra

ela. Desta forma, o Estado pode manipular as demandas, agindo aparentemente como defensor dos trabalhadores “que não têm como se defender da inflação”. Nos últimos anos, os trabalhadores brasileiros viveram entre as conseqüências de um e a expectativa de outro “choque econômico”, recurso que tem sido utilizado com frequência para “congelar” mais os salários que os preços, agravando ainda mais as precárias condições de vida da maior parte da população.

O afastamento do presidente Collor, ao final de 1992, resultado do movimento pelo *impeachment* deflagrado já no primeiro semestre à medida que inúmeros casos de corrupção patrocinados pelo próprio governo escandalizaram a opinião pública, deveria significar um avanço das forças populares na conquista de seus direitos fundamentais de cidadania. Afinal, “o *impeachment* concretizou-se diante da mobilização popular e da impossibilidade para as próprias classes dominantes de recuperar a credibilidade do governo que patrocinavam” (XII Congresso da Andes-SN, 1993).

No entanto, as forças conservadoras assimilaram esta derrota, entregaram a cabeça de seu rebento e manipularam para enquadrar o conteúdo das manifestações nos estritos limites do combate à “quadrilha instalada no Planalto”. A atuação do “Movimento pela Ética na Política”, que coordenou a mobilização popular, permaneceu extremamente limitada no objetivo de afastar os “corruptos” sem ameaçar o prosseguimento da chamada política “neoliberal”. O Governo Itamar Franco, com amplo apoio de setores que derrubaram Collor de Mello, assume uma postura de honestidade pessoal e de “moralidade nos serviços públicos”; declara que sua prioridade é o combate à fome e miséria que assolam grande parte da população, porém mantém praticamente intacta a política econômica do governo anterior, estabelece uma política salarial que não recupera as perdas salariais e mantém o arrocho, dá prosseguimento ao processo de privatização e consegue aprovar o “ajuste fiscal” que, da forma proposta, vem onerar ainda mais a classe trabalhadora por reforçar um sistema tributário socialmente injusto.

<sup>11</sup> A referência a Bonaparte, aqui, diz respeito à forma de conquista do poder, pela aliança das classe – dominantes com a massa pobre e despolitizada – o “lumpen-proletariado” (ver Marx, v. 1, p. 209).

<sup>12</sup> Singer 1988. Ver, do mesmo autor, *Folha de S. Paulo* de 28 de junho de 1991, p. 3-2.

Se a Noei, consolidada neste final de século, representa enormes dificuldades para as organizações sindicais e movimentos sociais mesmo nos países desenvolvidos, sua influência no Brasil é ainda mais perversa, dadas as especificidades do tipo de capitalismo que aqui se consolidou, sem que tivessem sido rompidas as estruturas patrimonialistas, populistas e autoritárias. A ausência de uma democracia real, a deficiência de setores sociais organizados, fundamentalmente o fato de que no Brasil a grande maioria da população foi marginalizada e não conseguiu se organizar coletivamente em instituições sólidas regidas por regras democráticas, constituem a moldura em que se travam as lutas sociais. Enquanto a sociedade brasileira permanecer subjugada por um poder autocrático, os recursos econômico-financeiros são dirigidos principalmente para outros fins que não a educação pública, saúde, habitação popular, saneamento, enfim o atendimento das necessidades básicas da população. Desta forma, a tendência continua sendo a de agravar-se a crise social e política, distanciando-se o Brasil ainda mais da perspectiva de constituir-se como nação democrática e desenvolvida.

## **A TRANSFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA E AS PERSPECTIVAS DE LUTA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS DOCENTES**

As Instituições de Ensino Superior (IES), há algum tempo, vêm sofrendo uma “crise de identidade”, a qual tem muito a ver com as transformações do modo de produção capitalista. A universidade deixou de ser uma instituição definida como “sede da sabedoria” (*sedes sapientiae*), que se pretendia neutra diante dos conflitos político-sociais, mas que, de fato, formava a elite pensante (os “intelectuais orgânicos”) das classes dominantes. Embora ainda cumpra este papel, a instituição universitária tende a tornar-se hoje um “espaço público”, aberto também aos interesses dos dominados, participando de movimentos e lutas sociais que objetivam a construção de uma sociedade justa, democrática.

O capitalismo monopolista, em seu desenvolvimento, provocou a expansão quantitativa

e a massificação dos intelectuais. Os profissionais liberais de antes (incluindo os professores universitários, em geral) foram transformados em trabalhadores intelectuais assalariados. A maioria deles foi alijada do controle e do poder de decisão sobre o processo de trabalho. A chamada elite orgânica é cada vez mais um setor profissionalizado da classe dominante, mas de tamanho reduzido. Isto implica que as universidades, que historicamente se identificavam como agências formadoras da elite intelectual burguesa, constituam hoje instituições diferenciadas entre si (com vários padrões de universidades) e mesmo internamente (dentro de cada universidade). Hoje não se pode mais considerar as universidades em geral como instituições exclusivamente a serviço da burguesia.

Os intelectuais, em sua maioria, tornaram-se trabalhadores assalariados, e isto fez que, em parte, fosse superada a clássica divisão entre trabalho “manual” e trabalho “intelectual”, que era um elemento fundamental das fases anteriores do capitalismo. O assalariamento e profissionalização do professor universitário trouxeram para a “academia” a discussão de problemas que são próprios do “mundo do trabalho”, caracterizando o conflito capital-trabalho. Muitos docentes passaram a utilizar a luta político-sindical, aproximando-se dos trabalhadores em geral, integrando-se às suas organizações.

Por outro lado, o trabalho docente, tal como aconteceu com os serviços técnico-burocráticos, também foi afetado pelo avanço tecnológico. Despontou a tendência do “empresariamento” das instituições de ensino, com uma “reconversão profissional”. Pacotes de currículo, treinamentos, “requalificação”, busca da produtividade, etc., vão sendo, aos poucos, incorporados ao processo de ensino por imposição das transformações tecnológicas. Com isto, os professores poderão perder ainda mais o controle do processo de trabalho, à medida que microcomputadores e videocassetes, com seus programas e pacotes instrucionais, invadirem as salas de aula. O risco que está colocado é de que o professor se tome um “monitor”, um “apêndice da máquina”.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Cf. Lawn e Ozga, 1988. Os autores discutem o movimento sindical dos professores na Inglaterra, com o surgimento da “proletarização” e o subsequente empresariamento do ensino. A conclusão a que chegam é que o trabalho docente cada vez mais se assemelha ao trabalho de escritório, isto é, está perdendo sua especificidade, perante o avanço da tecnologia.

Mas a adaptação a novas tecnologias não implica necessariamente perda de autonomia no local de trabalho. O controle (sobre o processo de trabalho) é, fundamentalmente, um processo ideológico, que se faz mais sobre os fins que sobre os meios. É perfeitamente possível conciliar uma maior autonomia nos locais de trabalho com a lógica do sistema econômico como um todo, uma vez que os fins estejam sob controle (do sistema). Isto tem uma implicação importante para os movimentos dos trabalhadores: à medida que a luta se restringe à busca de autonomia e liberdade de organização no local de trabalho e a defesa de privilégios (numa perspectiva sindical corporativista), ela pode se enquadrar muito bem na lógica dominante da nova fase do capitalismo monopolista. Aliás, sempre interessou aos capitalistas manter os trabalhadores lutando apenas por salários e condições de trabalho, afastando-os, assim, da luta política.

Parece-me defensável a hipótese de que as transformações trazidas pela Noei (assimiladas no Brasil ao seu modo de país capitalista dependente) explicam, em grande parte, a “crise” da universidade brasileira nos anos 80. Houve o privilegiamento de setores que interessam à “reconversão”, por favorecer a absorção de alta tecnologia. Segundo a lógica dominante da concentração internacional do capital, não interessa o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior como um todo, ou seja, em todos os seus setores. Daí porque não é surpreendente que o Governo Sarney tenha orientado a política do ensino superior no sentido de criar “centros de excelência” e “laboratórios avançados”, política esta que tem continuidade nos governos Collor e Itamar. Apenas estes setores seriam privilegiados, por atenderem aos grandes oligopólios, enquanto a maior parte do sistema público de ensino superior é atirada ao abandono, ao “sucateamento”.

Tanto a política econômica quanto a política de ciência e tecnologia dos últimos governos tiveram impacto negativo sobre a universidade. No caso da universidade pública especificamente, os docentes são funcionários do Estado, que é responsável pela manutenção da própria universidade. Na medida em que o Estado brasileiro

é o Estado mais privado do que público, controlado pela “Sociedade Política Dominante” e suas “elites orgânicas” (Dreifuss, 1989), a universidade é pressionada a submeter-se à mesma ordem política, até porque ela é uma instituição do Estado. Pensar “uma universidade democrática e livre, numa sociedade amordaçada, é um delírio”, afirma Romano (1989, p. 39).

Contudo, o Estado não é exclusivamente um “aparelho das classes dominantes” mas um espaço que condensa as diversas contradições de uma sociedade (Poulantzas, 1986). Sendo assim, é possível aos setores e classes sociais subalternas lutarem dentro do próprio aparelho do Estado pela conquista de uma ordem social democrática. Neste sentido, o espaço institucional da universidade é importante, como percebeu desde o início a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), quando estimulou e se envolveu na luta pela democratização da universidade.<sup>14</sup>

O chamado “Movimento Docente” foi marcado, desde suas origens, pelo aspecto político, de contestação do regime autoritário, de luta pela anistia, por eleições diretas, pela Constituinte, enfim por um Estado democrático. O movimento para escolha de reitor através do voto direto da comunidade universitária surgiu no contexto e em decorrência da luta ampla pela democratização da sociedade. O movimento docente passou a se envolver cada vez mais na conquista da democratização interna e no jogo político junto aos parlamentares (Congresso Nacional) e às organizações da sociedade civil (entidades científicas, sindicais, partidárias). O fato de que, aos poucos, muitos reitores tenham sido eleitos por votação direta dos docentes, funcionários e estudantes contribuíram para fortalecer a luta político-sindical na universidade. Isto ficou claramente demonstrado em diversas greves das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), especialmente a de 1991, onde o papel mediador dos reitores (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – Crub, Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes) foi importante para superar o confronto.

<sup>14</sup> Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) foi fundada num Congresso Nacional de Docentes realizado em Campinas (SP), de 17 a 20 de fevereiro de 1981. Em 26 de novembro de 1988, no II Congresso Extraordinário, realizado no Rio de Janeiro, a Andes foi transformada em Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN).

No entanto, assim como a luta por salários e melhorias nas condições de trabalho vem sendo assimilada pelo sistema econômico-político de forma a não colocar em risco a lógica “neoliberal”, assim também as conquistas “democráticas” em muitas universidades pouco têm significado na transformação das estruturas herdadas do passado. Estas duas lutas, a reivindicatória (salarial) e a política (eleitoral), têm se somado para, de certa forma, manter as universidades ocupadas consigo próprias no jogo corporativista que é próprio da sociedade capitalista contemporânea, mas que assume conotações diferentes no Brasil.

As lideranças do movimento docente percebiam desde o início da década de 1980, que era necessário empenhar-se na construção de uma proposta de universidade, articulando a defesa da carreira docente e da escolha dos dirigentes das instituições universitárias numa concepção de universidade democrática e autônoma, comprometida com uma sociedade realmente democrática. As linhas gerais da “Proposta da Andes para a Universidade Brasileira” foram divulgadas desde 1982, mas quase nada (da proposta) foi conseguida no confronto político-ideológico com o governo (*Cadernos Andes*, 1986). De um lado, as energias foram gastas na luta por salário e para garantir o direito de eleger os dirigentes das Instituições de Ensino Superior, buscando assim as lideranças das associações docentes e da Andes sua legitimação como representantes da categoria dos docentes. Sem isto, talvez a própria universidade pública já tivesse sido completamente privatizada. Mas, por outro lado, a proposta da Andes não avançou também por causa das ambigüidades da própria categoria profissional dos docentes universitários.

O agravamento da crise econômica (a escalada da inflação e o arrocho salarial), a diminuição dos recursos destinados às instituições públicas, o avanço da privatização contribuíram para deixar a Andes-SN “entrancheirada” na defesa de suas posições. Conduzindo-se como organização sindical exemplar, dentro das normas jurídicas estabelecidas na Constituição e nas leis, a Andes-SN está hoje consolidada no setor da Ifes (não tanto nas estaduais, menos ainda nas particulares). O sindicalismo docente permanece tributário de contradições e ambigüidades que

se ligam, em grande parte, ao caráter inconsistente que é próprio de organizações sindicais de trabalhadores do serviço público.

Muitas contradições decorrem da participação destes trabalhadores, ao mesmo tempo, na estrutura do poder e no mercado de trabalho: enquanto técnicos e funcionários do Estado, atuam como formuladores e reprodutores da ideologia dominante, muitas vezes inconscientemente, planejando e operacionalizando (executando) a política oficial; enquanto empregados assalariados, defrontam-se com problemas comuns à massa dos trabalhadores e, por isso, tendem a reforçar as organizações que combatem o modelo econômico do Estado. No entanto, este combate é muitas vezes conduzido de tal maneira que resulta no fortalecimento da própria burocracia estatal. Isto se deve também às origens de classe de grande parte dos funcionários do Estado.

Tais contradições explicam porque muitas das conquistas da Andes-SN acabaram modificadas na prática, sendo desvirtuadas por medidas hábeis do governo, que soube explorar as incoerências da categoria dos docentes. O Plano de Carreira dos Docentes das Ifes é um claro exemplo disto. Nele não foram definidas responsabilidades, divisão de poderes e tarefas, mas foram incluídas gratificações e um sistema de promoção caracterizado pela ausência de uma avaliação criteriosa do trabalho acadêmico. A própria degradação dos níveis salariais, imposta pela política econômica do governo, induziu os docentes à procura do regime de “dedicação exclusiva”, da promoção automática (por antigüidade), do concurso “interno” para professor titular, das gratificações por funções administrativas. O resultado disto tudo é que, após mais de dez anos de luta por um plano de carreira docente (esta luta é anterior à criação da própria Andes), este se encontra completamente desvirtuado, e o sindicato está sendo obrigado a assumir o desafio de elaborar um novo plano de carreira que objetive a construção de uma universidade pública “de qualidade”, conforme estabelece sua “Proposta de Universidade”. Há três anos que o tema “carreira docente” integra a pauta dos principais eventos da Andes-SN.

Por outro lado, a política de arrocho salarial e de contenção de gastos públicos praticada

pelo governo “autocrático”, deixando de cumprir leis propostas e sancionadas por ele próprio, gerou uma vasta série de demandas judiciais que acabaram por desfazer, na realidade, a isonomia salarial conquistada pelos docentes e servidores das Ifes em 1987.<sup>15</sup> Existem ainda os recursos do sistema de financiamento de pesquisas e os convênios com órgãos do próprio governo e com empresas privadas, que possibilitam, na prática, uma renda complementar aos salários, sem se falar na burla freqüente da “dedicação exclusiva”. Desta combinação perversa da política autoritária do governo e da persistência de práticas corporativas e clientelistas no interior das IES resulta também o enfraquecimento da luta sindical.

É característica dos intelectuais pequeno-burgueses uma certa incapacidade de se identificar com a massa dos assalariados. Eles (os intelectuais) “jamais contestam a validade de um dos elementos centrais do capitalismo e de qualquer sociedade de classes: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual”.

A citação é de Décio Saes, que afirma enfaticamente: “os intelectuais podem ser politicamente tudo (...) salvo ser contra a sua própria sobrevivência enquanto grupo”. O mesmo autor acha “sugestiva” uma frase de Bourdieu: “Os intelectuais são uma fração (dominada) da classe dominante” (Saes, 1985, p. 179).

Disto decorre a tendência dos intelectuais “pequeno-burgueses” de desvalorizar a luta sindical, a ação reivindicatória coletiva, quando esta assume a perspectiva de luta política, luta de classe. Não é por acaso que o assalariamento e a proletarização da classe média e dos “trabalhadores intelectuais” coincidem com a fragmentação e a corporativização da luta sindical. É um traço comum do Estado capitalista moderno fomentar o corporativismo no seio das classes trabalhadoras, evitando, assim, colocar em risco o domínio da classe burguesa.

A relativa incapacidade de organização coletiva da classe média, que decorre de sua própria posição no processo produtivo, onde tradicionalmente se diferenciava dos trabalhadores

manuais (proletariado), favorece a tendência ao estatismo, isto é, esperar que o Estado intervenha para garantir-lhe os “méritos”. A ideologia da meritocracia, característica dos intelectuais pequeno-burgueses, foi habilmente explorada pelas classes dominantes. Na luta de enfrentamento entre as classes, os setores médios serviam para amortecer os conflitos, ocupando as posições intermediárias, incluído o aparelho burocrático do Estado. Quando a evolução do sistema econômico capitalista, em sua lógica de concentração e acumulação de riqueza, obtida pela divisão e expropriação do trabalho, conduziu ao assalariamento e mercantilização do trabalho intelectual, a classe média custa a se organizar em sindicatos. E quando o faz, sua organização sindical é marcada pelo corporativismo, pela defesa de privilégios. O Estado, embora seja acusado e afrontado por sua política econômica, denunciado como autoritário e “aparelho da burguesia”, é buscado como protetor, como guardião dos direitos “sociais”, aí incluídos os “méritos” individuais, isto é, os privilégios ameaçados.

O trabalhador de classe média vive a ilusão da competência e do mérito individual, o que o torna particularmente receptivo à ideologia da ascensão social pelo trabalho e o desvia da organização e da luta coletiva (Boito Júnior, 1982).

A sindicalização do funcionalismo público no Brasil é uma questão muito recente e extremamente polêmica. Por um lado, a tendência de universalizar a luta sindical como processo normal para conquistas salariais e de melhores condições de trabalho é um aspecto positivo da luta dos trabalhadores, concretizado na década de 80. Talvez seja este o aspecto que mais chama a atenção no movimento sindical no Brasil nos últimos anos: o setor público é, destacadamente, o que realizou maior número de greves e as greves mais longas (Almeida, 1988). No entanto, dadas as características do sindicalismo oficial (“sindicalismo de Estado”) no Brasil, a ampliação do movimento sindical, na medida em que buscou o reconhecimento oficial (registro no Ministério do Trabalho) e se enquadrou na legislação vigente, acabou por fortalecer o próprio controle do Estado. Assim, o Brasil continuou distante de

<sup>15</sup> Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, que criou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), regulamentado depois pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.

uma organização sindical autônoma, independente do Estado, sustentada por opção dos próprios sindicalizados (sem imposto ou contribuições compulsórias), conforme indica a Convenção 87 da OIT. A não ratificação desta Convenção pelo Brasil se deve não apenas à imposição arbitrária do governo; o próprio movimento sindical, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi cúmplice desta situação.

Quanto à Andes-SN, embora tenha se constituído sobre princípios diversos do sindicalismo corporativo oficial, apresenta também ambigüidades em sua organização de base, que decorrem do fato fundamental de que uma grande parcela dos docentes universitários não se identificam como trabalhadores que se organizam e lutam coletivamente de forma autônoma.

Desde o início do movimento docente, lideranças da Andes e das associações docentes percebiam que só teriam possibilidades de enfrentar a política oficial e obter ganhos políticos à medida que o movimento fosse forte em sua base e autônomo em relação às administrações das IES e do sistema de ensino. As lutas salariais e por carreira docente, que até certo ponto se confundiram, possibilitaram consolidar o movimento docente. O Estado, ao longo da última década, foi forçado a negociar com este novo ator, um “ator coletivo”. Houve, ante o avanço do sindicalismo docente, um recuo do governo (Vieira, 1990, p. 72). Sem a resistência organizada da Andes-SN, à qual se acrescentou aos poucos a da Fasubra, a universidade pública não existiria mais da forma como se mantém; a privatização e o atrelamento da universidade aos interesses dos grupos econômicos oligopolistas teriam avançado muito mais.

No conflito que estabeleceu com a política do governo, o sindicalismo docente se fortaleceu e obrigou o governo a negociar. Neste sentido, a Andes contribuiu para a mudança política do País, ao lado do “novo” movimento sindical, na direção da democratização da sociedade. No entanto, neste conflito, o movimento docente se posicionou cada vez mais defensivamente, numa luta pela própria sobrevivência. Há, de certa forma, um paradoxo: à medida que o movimento sindical docente se fortalece, reagindo ao agravamento da situação salarial e à

ameaça à universidade pública, também ele é dominado, bloqueado, assimilado à nova ordem econômico-política que fortalece o corporativismo sindical.

Neste quadro, as limitações decorrentes da própria categoria dos docentes têm impedido o movimento docente de avançar politicamente na direção proposta pelas lideranças da Andes-SN. O movimento sindical é forte por causa do apoio que tem em sua base, mas esta base só se mobiliza na medida em que a luta se trava no plano das reivindicações de salário, carreira, benefícios.

O desafio com que se defronta a Andes-SN é a superação destas limitações. Se o movimento se orientar apenas para a defesa corporativa de privilégios, ele acabará sendo contido, aprisionado e anulado, não imediatamente, mas a médio e longo prazos. De certa forma, está acontecendo o que Fernandes previa há mais de 20 anos, quando estudou a questão da “Reforma Universitária”. Então, afirmou:

Hoje contamos com uma “universidade problema”. Amanhã contaremos com uma “universidade corporativista”, se não soubermos resguardar a reforma universitária e realizá-la como expressão da liberdade de pensamento crítico e da responsabilidade científica dos próprios universitários (Fernandes, 1975, p. 19).

Outro pensador brasileiro, Álvaro Vieira Pinto, também tinha clareza ao defender a reforma universitária na perspectiva social, abrindo-se para o atendimento da maioria marginalizada pelo sistema (Pinto, 1986). É notório que o movimento docente, nos seus primórdios, ainda na década de 70, enfatizava e praticava bem mais que hoje a integração com o “movimento estudantil”. O sucesso das primeiras greves dos docentes deveu-se, em parte, ao apoio dos estudantes, tanto das IES públicas quanto das particulares. Hoje, porém, o movimento docente encontra-se cada vez mais afastado dos estudantes. Isto deveria preocupar as lideranças sindicais e acadêmicas.

O corporativismo é um fenômeno altamente complexo. A Noei reintroduziu esta forma de organização dos interesses que visa conciliar o conflito social (sob a denominação de “neocorporativismo”), mas nas nações desenvolvidas há

sólidas instituições sociais democráticas (associações, sindicatos, partidos) que impõem limites à lógica própria do capitalismo oligopolista, de acumular o capital e de fragmentar e enfraquecer as organizações dos trabalhadores. No Brasil, devido à fragilidade de sua democracia, os efeitos das mudanças da conjuntura internacional acabam reforçando o caráter corporativista de seu modelo sindical “oficial”.

O discurso oficial, veiculado incessantemente pela mídia, de combate ao “corporativismo” do movimento sindical, é altamente contraditório. O movimento sindical, como a sociedade civil em geral, é vítima de um modelo de organização que anula a luta social e política em favor de mudanças estruturais. No caso do sindicalismo docente, por mais que se discuta a questão do corporativismo, ela não é a razão central do confronto entre o governo e o movimento docente. Se o confronto permanecer no plano da reivindicação corporativa, mesmo que o movimento sindical aparentemente se fortaleça e que o governo aparentemente tenha de recuar, a universidade permanecerá enquadrada na lógica do sistema econômico-político vigente.

Por isto, não é surpreendente que as duas conquistas do movimento docente tenham sido anuladas, mesmo as conquistas salariais e de carreira. Pela estratégia da inflação, as classes dominantes anulam em pouco tempo as conquistas dos trabalhadores, obrigando-os a uma luta incessante. Da mesma forma, as contínuas ameaças aos direitos conquistados pelos docentes e servidores públicos (aposentadoria integral, estabilidade) reforçaram o corporativismo, acabando por enfraquecer a universidade pública e o próprio sindicato. Este, em consequência também das próprias contradições e ambigüidades, não está conseguindo sair do campo de defesa e travar a luta onde ela seria realmente decisiva.

O desafio que se coloca hoje para o movimento sindical docente é o de conciliar a luta defensiva, de caráter corporativo, com a contribuição que é específica da universidade enquanto instituição produtora de conhecimentos e formadora de dirigentes, de “elites orgânicas”. A universidade, em regra, sempre foi (e continua sendo) uma instituição “superior” comprometida com as classes dominantes, formando suas elites intelectuais e produzindo conhecimentos que beneficiam

predominantemente estas mesmas classes e elites (Sobral, 1988). A crise atual da universidade decorre das transformações do capitalismo monopolista que impôs o assalariamento e a degradação do trabalho intelectual, fazendo com que os docentes sejam, até certo ponto, “igualados” aos demais trabalhadores, assimilando inclusive a prática da luta sindical. A universidade passou, então, a viver no seu dia-a-dia o conflito social. Mas esta luta em defesa de melhores salários e condições de trabalho não implica necessariamente que a universidade deixe de cumprir sua função institucional. A questão de fundo está em compreender que a luta sindical não se contrapõe ao exercício da função de intelectual.

Gramsci propôs que se trabalhasse na “criação de elites intelectuais de um novo tipo”, que fossem capazes de atuar em contato com o povoação, criando uma nova concepção de mundo e conduzindo, assim, a uma nova “hegemonia”. Nesta perspectiva, ele criticou a universidade de seu tempo: “A Universidade, com exceção de alguns países, não exerce nenhuma função unificadora...” (Gramsci, 1986, p. 29).

Sua crítica se dirigia particularmente ao aspecto pedagógico, à relação professora-aluno: “nas universidades, o contato entre professores e estudantes não é organizado. O professor ensina à massa de ouvintes... e vai embora...” (Gramsci, 1988, p. 146).

Como se sabe, Gramsci, a exemplo de Lenin, distinguiu e valorizou a função do intelectual como indispensável para a transformação da sociedade.

Preservar a identidade do trabalho acadêmico não se contrapõe a lutar pela via sindical. À medida que os docentes entendem esta realidade e superam preconceitos que impedem sua identificação enquanto trabalhadores, é possível que contribuam mais decisivamente para a transformação da sociedade atual. Esta contribuição implica a luta sindical dos docentes, em conexão com outras categorias de trabalhadores; isto não exclui nem prescinde da atividade especificamente “acadêmica”.

A importância do trabalho acadêmico está relacionado com o que Bourdieu designou como “poder simbólico”, “cuja forma por excelência é o poder de fazer grupos”. A atuação sindical em

nada contraria o exercício deste poder; pelo contrário, o sindicalismo se inscreve também no campo do poder simbólico.

Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão do mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos. O poder simbólico, cuja forma por excelência é o poder de fazer grupos (...) está baseado em duas condições. Primeiramente, como toda forma de discurso performativo, o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico. O poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores. O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo. Em segundo lugar, a eficácia simbólica depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade. Evidentemente, a construção dos grupos não pode ser uma construção *ex-nihilo*. Ela terá tanto mais chances de sucesso quanto mais estiver alicerçada na realidade: isto é, como eu disse, nas afinidades objetivas entre as pessoas que se quer reunir. Quanto mais adequada for a teoria, mais poderosa será o efeito da teoria. O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras (Bourdieu, 1990, p. 166-167).

O movimento sindical dos docentes universitários ganha importância para a universidade e para a sociedade na proporção em que ele não perde sua especificidade ("poder simbólico"), isto é, em que é capaz de explicitar para si próprio e para as demais categorias de trabalhadores o significado teórico de suas lutas. Isto implica também esclarecer contradições implícitas na própria categoria docente. Diz Apple (1989, p. 176): "Se eles [os professores] ocupam, de fato, uma localização de classe contraditória, então é possível iniciar uma importante caminhada em direção à educação política."

A luta corporativa foi e continua sendo importante para a defesa da universidade e dos salários e condições de trabalho dos docentes e

servidores. Mas o alcance desta luta depende do sentido que ultrapassa a dimensão corporativa. Será necessário ir além daquilo que o sistema econômico-político insiste em reservar aos movimentos e organizações sindicais, em geral. A citação que segue, de Hobsbawm (1987, p. 388-389), cabe também ao movimento sindical dos docentes universitários:

E apesar de o fato de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar, há mais nesse movimento do que pedidos de aumento de salário. Há mesmo mais que o desespero quanto a uma sociedade incapaz de dar a seus membros o que eles precisam, uma sociedade que faça cada indivíduo ou cada grupo a cuidar de si próprio e não se importa com o resto. Já foi dito: "Dentro de cada trabalhador existe um ser humano tentando se libertar". Na história da classe operária (...) já houve tentativas melhores e mais esperançosas de libertação dos seres humanos. Mas esta também é uma tentativa. Não adianta rejeitá-la, amaldiçoá-la e muito menos desejar que ela desapareça. Deve-se prestar atenção. Mas também de nada adiantará ignorar suas limitações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 327-367.
- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- \_\_\_\_\_. Redefinición de la igualdad: populismo autoritário y restauración conservadora. *Revista de Educactón*, Santiago, n. 286, p. 167-182, 1988a.
- \_\_\_\_\_. What reform talk does: creating new inequalities in education. *Educational Administration Quarterly*, Newbury Park, v. 24, n. 3, p. 272-281, Aug. 1988b.
- ASSMANN, Hugo (Ed.). *A trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

- BERNARDO, João. *Capital, sindicatos, gestores*. São Paulo: Vértice, 1987.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BURSZTYN, Marcel. *O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CADERNOS ANDES. Proposta das associações de docentes e da Andes para a universidade de brasileira. Juiz de Fora, n. 2, jul. 1986.
- CARNOY, Martin. *Escola e teoria política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.
- CARNOY, Martin; LEVIN, Henry M. *Escola e trabalho no estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1987.
- CHASIN, J. A miséria da república dos cruzados. *Ensaio*, São Paulo, n. 15/16, 1986. Número especial.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DAS ORGANIZAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CMOPE (WCOTP). *Principal ILO conventions and trade unions*. Switzerland, 1983.
- CONGRESSO DA ANDES-SN, 12, 1993. *Análise de conjuntura*. Manaus, 1993.
- DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990.
- FINKEL, Sara Morgenstern de. Crise de acumulação e resposta educacional da nova direita. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 3-18, 1990.
- FLEISCHER, David. Perfil socioeconômico e político da Constituinte. In: O PROCESSO Constituinte: 1987-1988. Brasília: UnB, Agil, 1988.
- FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. v. 2: A crise do “milagre brasileiro”.
- GIANNOTTI, José Arthur. Tráfico de esperanças. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 26, p. 15-24, mar. 1990.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da divisão do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GRACIARENA, Jorge. Comentário. In: BENÍTEZ ZENTENO, Raúl (Coord.). *As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

- HOBBSAWN, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. Trajetória do movimento operário. In: CAMPINAS (SP). Prefeitura Municipal. *Trabalhadores*. Campinas, 1989.
- IANNI, Otávio. *Dialética e capitalismo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- JAGUARIBE, Hélio et al. *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGHELLO, Raquel. *Political parties and democratic consolidation: the Brazilian case*. Washington: Smithsonian Institution, 1985. (Working papers, 165. Latin-American Program).
- LAWN, Martin; OZGA, Jenny. Trabajador de la enseñanza? Nueva valoración de los profesores. *Revista de Educación*, Santiago, n. 285, p. 191-215, 1988.
- LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. A nova democracia latino-americana. *Humanidades*, Brasília, v. 4, n. 13, maio/jul. 1987.
- MARX, K. O 18º brumário de Luiz Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961. v. 1, p. 209.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.
- MILLS, C. Wright. *A elite no poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MOISÉS, José Alvaro. *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OHLWEILER, Otto A. *O capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. O marajá superkitsch. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 26, p. 5-14, mar. 1990.
- PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RATTNER, Henrique. *Impactos sociais da automação: o caso do Japão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- REICH, Robert. *The work of nations: preparing ourselves for the 21<sup>st</sup> century capitalism*. New York: A. A. Knof, 1991.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem no sistema partidário brasileiro*. São Paulo: Oesp, Maltese, 1987.
- ROMANO, Roberto. Autoridade e poder na vida acadêmica. In: FÁVERO, Maria de Lourdes (Org.). *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais e suas associações. In: SOARES, Maria Susana Arroza. *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1985.
- SANTA ANA, Júlio de. A nova máscara do imperialismo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-49, ago. 1979.
- SINGER, Paul. Reflexões sobre a inflação, conflito distributivo e democracia. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 91-135.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. *Ciência, tecnologia e poder: os interesses sociais na pesquisa*. Brasília, 1988. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

SOUZA, Herbert de (Betinho). *Escritos indignados: democracia x neoliberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

VIANNA, L. Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Universidade federal nos anos 80: o jogo da política educacional*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.